Santa Casa de Ubatuba

Santa Casa de Misericórdia

Irmandade Senhor dos Passos de Ubatuba

Demonstrações contábeis
em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Santa Casa de Misericórdia Ir. Senhor dos Passos de Ubatuba
Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2025 e 2024

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis	3
Balanços patrimoniais	7
Demonstrações de resultados	8
Demonstrações das mutações do patrimônio social	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações contábeis	11

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos Senhores Diretores da
Santa Casa de Misericórdia Irmandade Senhor dos Passos de Ubatuba Ubatuba – SP

Opinião sem ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da **SANTA CASA DE MISERICÓRIDA IRMANDADE SENHOR DOS PASSOS DE UBATUBA,** que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa, correspondentes ao exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.
Em nossa opinião, as demonstrações contábeis, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **SANTA CASA DE MISERICÓRIDA IRMANDADE SENHOR DOS PASSOS DE UBATUBA**, em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sem ressalva

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sem ressalva.

Ênfase – Processos judiciais

A Entidade está envolvida em processos judiciais, classificados como de perda possível, pelos seus consultores jurídicos, para os quais não mantem provisão para perdas e sim em notas explicativas, nos termos do Pronunciamento Técnico nº 25 – Provisões, Contingências Passivas e Contingências Ativas, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Ênfase – Patrimônio social negativo

A entidade apresenta patrimônio social negativo **(passivo a descoberto)** em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024. A administração da **SANTA CASA DE MISERICÓRIDA IRMANDADE SENHOR DOS PASSOS DE UBATUBA** deve elaborar planos, de curto e médio prazo, com o objetivo de aumentar suas receitas próprias e reverter essa situação.

Ênfase – Ajustes de exercícios anteriores

São considerados como ajustes de exercícios anteriores, os fatos decorrentes de mudança de critério contábil ou de retificação de erro imputável a exercício anterior, desde que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes (art. 186, § 1º LEI Nº 6.404/76). Em atendimento ao disposto no Pronunciamento Técnico CPC 23 (R2) - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, para fins de adequação desses saldos, os erros identificados não foram corrigidos em suas respectivas contas patrimoniais em contrapartida de Ajustes de Exercícios Anteriores, no Patrimônio Líquido, os quais totalizaram em 31 de dezembro de 2025 o valor líquido de R$ (32.260.674)

Saldos do exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apresentado para fins de comparação, foram por nós auditados e não conteve modificações em nossa opinião.

Responsabilidade da Administração e da Diretoria sobre as demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela diretoria da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não,com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos daEntidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil decontinuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atençãoem nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos oucondições futuras podem levar a Entidade a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivode apresentação adequada.

- Comunicamo-nos com os responsáveis pela diretoria a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

- Fornecemos também aos responsáveis pela diretoria declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela diretoria, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Ubatuba, 11 de junho de 2026.

Audit Home Auditores Independentes S/S
CRC 2SP022333/O-5

Paulo Alves das Flores
CRC 1 SP 196616/O-0

Santa Casa de Misericórdia Irmandade Senhor dos Passos de Ubatuba
Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em Reais)

Ativo	Ref.	31/12/2025	31/12/2024
Circulante		**20.420.787**	**21.166.100**
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	10.436.862	10.132.927
Realizável		**9.983.925**	**11.033.173**
Títulos e Créditos a Receber	6	7.524.566	7.454.191
Outros Créditos a Receber	7	1.445.847	1.712.931
Estoque	8	1.013.512	1.866.051
Não Circulante		**11.512.399**	**11.978.113**
Realizável a Longo Prazo		**580.419**	**1.086.019**
Dívida Ativa PGFN	9	580.419	1.086.019
Imobilizado	10	**10.931.980**	**10.892.094**
Terreno		11.449.769	11.449.769
Máquinas e Equipamentos		1.148.864	1.124.864
Móveis e Utensílios		839.618	565.005
Equipamentos de Informática		133.314	133.314
Utensílios Médicos		647.109	627.755
Imobilizado em Andamento		563.913	563.913
Bens em comodato		25.003	25.003
(-) Depreciações Acumuladas		(3.875.610)	(3.597.529)
Total do Ativo		**31.933.186**	**33.144.213**

Passivo	Ref.	31/12/2025	31/12/2024
Circulante		**34.873.215**	**27.361.023**
Fornecedores	11	13.391.817	9.312.195
Obrigações Trabalhistas	12	785.955	771.300
Provisões	13	2.208.000	2.088.000
Encargos Sociais	14	13.531.884	10.244.799
Contas a Pagar	15	40.719	53.625
Acordo Judiciais e Bloqueios	17	2.151.762	2.356.587
Parcelamentos	18	2.753.269	1.908.664
Subvenções a Realizar	19	9.809	625.853
Não Circulante		**91.658.707**	**96.332.665**
Acordos - LP	20	6.592.470	7.350.859
Parcelamentos - LP	21	42.081.600	43.454.321
Passivo Contingente	23	40.087.083	42.604.928
Dívida Ativa PGFN	24	2.897.554	2.922.557
Total do Patrimônio Social	25	**(94.598.736)**	**(90.549.475)**
Patrimônio Social		5.637.387	5.637.387
Superávit/Déficit Acumulado		(68.822.051)	(69.365.702)
Ajuste de Avaliação Patrimonial		9.113.619	9.113.619
Ajuste de Exercício Anterior		(32.260.674)	(36.478.429)
Superávit ou Déficit do Exercício		(8.267.017)	543.651
Total do Passivo		**31.933.186**	**33.144.213**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Miller de O. Barbosa
Contador
Santa Casa de Ubatuba
CRC: 1 SP326321/0-3

Wagner da Silva
Interventor Provisório
Santa Casa de Ubatuba

Vladimir Penha Júnior
Provedor
Santa Casa de Ubatuba

Santa Casa de Misericórdia Irmandade Senhor dos Passos de Ubatuba
Demonstração de resultados
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em Reais)

	Ref.	31/12/2025	31/12/2024
Receita Bruta de Serviços	**24**		
Receitas Pacientes SUS			
Receitas Pacientes convênios		3.338.911	3.399.988
Receitas Pacientes Particulares		252.788	335.047
		3.591.700	**3.735.035**
(-) Deduções da Receita			
(-) Abatimentos - Glosas		(222.509)	(37.157)
Receita Líquida de Serviços		**3.369.190**	**3.697.878**
(-) Custo dos Serviços Prestados			
Custo com Pessoal		(4.587.632)	(8.393.992)
Custo com Serviços de Terceiros		(9.402.410)	(835.712)
Custo com Materiais e Medicamentos		(768.477)	(2.310.012)
		(14.758.519)	**(11.539.716)**
Resultado Bruto		**(11.389.329)**	**(7.841.838)**
Despesas (Receitas) Operacionais			
Despesas Administrativas e Gerais		(1.836.063)	(12.683.878)
Despesas com Serviços de Terceiros		(1.291.074)	(1.490.678)
Depreciações		(506.804)	(439.907)
Outras Despesas		(2.268)	(1.697)
Outras Receitas		314.649	1.221
Trabalho Voluntariado (-)		(496.184)	(459.966)
Trabalho Voluntariado (+)		496.184	459.966
Isenções Usufruídas	**27**	16.775.584	13.090.627
Isenções e Contribuições Sociais	**27**	(16.775.584)	(13.090.627)
		(3.321.560)	**(14.614.939)**
Despesas (Receitas) Não Operacionais			
Receitas Não Operacionais		61.456	14.509.531
Despesas Não Operacionais		*(838.059)*	*(273.778)*
		(341.875)	**14.235.753**
Receitas com Subvenções, Doações e Eventos			
Receita com Subvenção (processo SC/9830/2019		53.958.577	77.799.636
Receita processo SC/6430/2022		33.380.513	30.557.070
Receita com processo SC/11622/2024		26.201.175	-
Receita com processo SC/10429/2025		31.300.747	
Receita com contrato 95/2025 TPA		3.241.486	-
		148.082.497	**108.356.706**
Despesas com Subvenções, Doações e Eventos		(141.296.750)	(99.592.032)
Superávit ou Déficit do Exercício		**(8.267.017)**	**543.651**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Miller de O. Barbosa
Contador
Santa Casa de Ubatuba
CRC: 1 SP320321/0-3

Interventor/Provedor interino
Santa Casa de Ubatuba

Santa Casa de Misericórdia Irmandade Senhor dos Passos de Ubatuba
Demonstração das mutações do patrimônio social
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em Reais)

	Patrimônio Social	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Ajuste de Exerc. Ant.	Lucro/Prej. Acumulado	Total do Patrimonio Social
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**5.637.387**	**9.113.619**	**(28.750.056)**	**(69.219.594)**	**(83.218.644)**
Superavit do exercicio	-	-	-	543.651	543.651
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-
Realização do Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-
Ajuste de Exercícios Anteriores	-	-	(7.874.481)		(7.874.481)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**5.637.387**	**9.113.619**	**(36.624.537)**	**(68.675.943)**	**(90.549.475)**
Superavit /defict do exercício	-	-	-	(8.267.017)	(8.267.017)
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-
Realização do Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-
Ajuste de Exercícios Anteriores	-	-	4.217.756		4.217.756
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**5.637.387**	**9.113.619**	**(32.406.782)**	**(76.942.960)**	**(94.598.736)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Miller de O. Barbosa
Contador
Santa Casa de Ubatuba
CRC: 1 SP326321/0-3

Santa Casa de Misericórdia Irmandade Senhor dos Passos de Ubatuba
Demonstração dos fluxos de caixa
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em Reais)

Método Indireto	**31/12/2025**	**31/12/2024**
1 - DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:		
(A) Resultado Líquido Ajustado		
Superávit (Déficit)do Exercício	(8.267.017)	543.651
Depreciação	506.804	439.907
Superávit (Déficit)do Acumulados	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-
Ajustes de exercícios anteriores	-	(7.874.481)
(=) Resultado Ajustado	**(7.760.213)**	**(6.890.924)**
(B) Acréscimo e Decréscimo do Ativo Circulante		
Títulos e Créditos a Receber	70.375	905.667
Estoques	(852.539)	529.016
Outros Créditos a Receber	(267.084)	464.327
(=) Acréscimo/Decréscimo Ativo Circulante	**(1.049.248)**	**1.899.010**
(C) Acréscimo e Decréscimo do Ativo Não Circulante		
Dívida Ativa PGFN	(505.599)	(1.452.352)
(=) Acréscimo Decréscimo Ativo Não Circulante	**(505.599)**	**(1.452.352)**
(D) Acréscimo e Decréscimo do Passivo Circulante		
Fornecedores	9.312.195	783.896
Encargos Sociais	10.244.799	3.028.815
Obrigações Trabalhistas	(771.300)	(1.849.625)
Outras Obrigações	(2.141.625)	21.051
Provisão para Contingências Judiciais	(2.356.587)	1.183.592
Acordo Judiciais CP	-	-
Parcelamentos - CP	(2.534.517)	(1.564.357)
(=) Acréscimo/Decréscimo Passivo Circulante	**11.752.965**	**1.603.371**
(E) Acréscimo e Decréscimo do Passivo Não Circulante		
Parcelamentos - LP	35.724.689	(2.583.909)
Acordo Judiciais LP	7.350.859	5.852.977
Passivo Contingente	(42.604.928)	2.731.109
Dívida Ativa PGFN	(2.922.557)	25.003
(=) Acréscimo/Decréscimo Passivo Não Circulante	**(2.451.937)**	**6.025.179**
TOTAL DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (A+B+C+D+E)	**(14.033)**	**1.184.285**
2 - DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS:		
(+/-) Venda/Aquisição do Imobilizado	317.967	202.846
TOTAL DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	**317.967**	**202.846**
3 - DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS:		
(+) Empréstimos	-	-
TOTAL DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	**-**	**-**
VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA (1+2+3)	**303.934**	**1.387.132**
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	**10.132.927**	**8.745.796**
VARIAÇÃO OCORRIDA NO PERÍODO	**303.934**	**1.387.131**
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO EXERCÍCIO	**10.436.862**	**10.132.927**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras do Exercício Findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024.
(Em Reais)

1. Contexto Operacional

A **SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DA IRMANDADE DO SENHOR DOS PASSOS DE UBATUBA** fundada em 1854 é uma pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, que tem por finalidade a prestação de serviços médicos e hospitalares e se rege pelo Estatuto Social e pela legislação aplicável.
A Entidade tem como objetivo a prática de Obras de Misericórdia, mantendo para esse fim hospital acolher, auxiliar ou socorrer pobres e necessitados, sem distinção de crenças religiosas ou políticas, cor e nacionalidade.
Determinado pelo decreto de calamidade pública n° 6873 de 09 de maio de 2018 seguido de requisição administrativa nº 6874 de 09 de maio de 2018 e por meio do decreto municipal 8471 de maio de 2024 renovou por mais 12 meses, em junho de 2022 a Santa Casa passou a ser administradora dos colaboradores celetistas da rede de atenção básica, especializada, urgência e emergências (PA/Samu) e proteção e bem estar animal pelo Contrato n° 51/2022.

2. *Manutenção Financeira da Santa Casa*

Os recursos financeiros necessários à realização dos objetivos sociais são provenientes principalmente de:

- Diárias, serviços hospitalares e ambulatoriais por atendimento ao SUS, Convênios e Particulares;
- Incentivos e contrato com poderes públicos;
- Donativos e Contribuições de pessoas físicas e jurídicas.
- Subvenções Federais e Municipais.

3. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis emanadas da Lei n. 6.404/76 e alterações promovidas pela Lei 11.638/07 e Lei 11.941/09, que deram início ao processo de convergência das normas brasileiras de contabilidade às novas regras internacionais de contabilidade. Observamos também os dispostos nas novas normas brasileiras de contabilidade, elaboradas pelo Conselho Federal de Contabilidade, principalmente a ITG 2002 – Entidades Sem Finalidade de Lucro e através de pronunciamentos técnicos emitidos pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Técnicos.

4. Descrições das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração destas demonstrações contábeis são as seguintes:

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da entidade.

b) Apuração do resultado do exercício

As receitas e despesas são registradas considerando o regime de competência de exercícios.

c) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações financeiras, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos, e outras transações. As demonstrações incluem, portanto, estimativas referentes a provisões, créditos a receber e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

d) Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros não-derivativos incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros recebíveis, contas a pagar e outros passivos.

e) Ativos circulantes e não circulantes

Caixa e equivalentes de caixa

Os valores registrados em disponibilidades referem-se a saldos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediatas com baixo risco de variação no valor de mercado, e consideradas como equivalentes de caixa.

Aplicações financeiras

São registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

Provisão estimativa para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber são registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos. A provisão estimativa para créditos de liquidação duvidosa é calculada por valor suficiente para cobrir eventuais perdas desses créditos.

Títulos e Créditos a receber

As contraprestações pecuniárias a receber são registradas pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos. Baseada na análise dos valores a receber em aberto, a Administração da entidade está apropriando a rubrica de devedores duvidosos.

Estoques

São demonstrados ao custo médio das compras, que não excedem o custo de reposição ou valor líquido de realização.

Ativo imobilizado

Correspondem aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens da entidade.

É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens.

Ativo Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

Redução ao valor recuperável

Não houve indicações de perda de valor do ativo imobilizado, ativo intangível e estoques. Portanto, a Entidade não identificou qualquer evidência que justifica a necessidade de provisão.

f) Passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

g) Provisões

As provisões são reconhecidas, quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

h) Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

Divulgamos a seguir as novas normas e alterações às normas ainda não vigentes, as quais serão adotadas pela Sociedade, quando aplicável, a partir de suas respectivas datas de vigência.

CPC 02 (R2) / IAS 21 – Falta de conversibilidade
Trata dos efeitos das variações nas taxas de câmbio e da conversão de demonstrações contábeis.
Vigência: 1º de janeiro de 2025

- IFRS 7 e IFRS 9 – Classificação e mensuração de instrumentos financeiros
- Introduz melhorias na evidenciação para esclarecer questões práticas recentes, ampliar o entendimento e incluir novos requisitos aplicáveis a empresas em geral, não apenas instituições financeiras.
- *Vigência: 1º de janeiro de 2026*

- IFRS 7 e IFRS 9 – Contratos relacionados à energia dependente de recursos naturais
- Estabelece requisitos de divulgação para garantir que as demonstrações financeiras reflitam adequadamente os efeitos de contratos vinculados à geração de energia dependente de recursos naturais, como energia eólica e solar.
- Vigência: 1º de janeiro de 2026

- IFRS 18 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras
- Nova norma que substituirá o IAS 1, trazendo requisitos que aumentam a comparabilidade do desempenho financeiro entre entidades e fornecem informações

mais relevantes e transparentes aos usuários.

Vigência: 1º de janeiro de 2027

- IFRS 19 – Subsidiárias sem obrigação pública de prestação de contas: divulgações
- Permite que determinadas subsidiárias de grupos que reportam em IFRS utilizem requisitos reduzidos de divulgação, simplificando a apresentação das informações.
- Vigência: 1º de janeiro de 2027

- IAS 12 / CPC 32 – Tributos sobre o lucro (Reforma tributária internacional – Pilar Dois)
- Aborda os efeitos contábeis relacionados à implementação das regras do Pilar Dois da reforma tributária internacional, que trata da tributação mínima global.
- Vigência: 1º de janeiro de 2025

- Em relação às normas e interpretações anteriormente mencionadas, a Companhia está avaliando os impactos potenciais na elaboração de suas demonstrações financeiras. Para o IAS 21 / CPC 02 (R2) e o IAS 12 / CPC 32, a análise já foi concluída, não tendo sido identificados impactos para o exercício de 2025.

5. Caixa e Equivalentes de Caixa

Os montantes registrados na rubrica caixa e equivalentes de caixa compreendem os valores de Fundo de Caixa, bem como numerários depositados em conta corrente e bloqueios temporário e aplicações financeiras.

Em 2025 e 2024:

	31/12/2025	**31/12/2024**
Disponível	**10.436.861,57**	**10.132.927,31**
Caixa e equivalente de caixa		
Caixa	61.320,08	37.543,85
Bancos	169.571,87	145.380,46
Bloqueio Judicial	10.176.521,41	9.257.959,29
Aplicações Financeiras	19.639,30	66.194,14
Caixa e equivalente de caixa com restrição		
Caixa com Restrição	13,51	246.823,81
Bancos com Restrição	8.956,99	9.135,27
Aplicações Financeiras com Restrição	838,41	369.890,49

Os valores registrados em caixa são referentes a cheques operacionais emitidos e retornados as contas por motivo dos constantes bloqueios judiciais.

6. Títulos e Créditos a Receber

Representam em seus principais valores, os serviços prestados aos demais Convênios privados e demais créditos a receber.

Demonstrados da seguinte forma em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	Ref.	31/12/2025	31/12/2024
Convênios a receber		3.401.815,80	2.878.061,69
(-) Créditos de liquidação duvidosa	a)	-221.911,95	-62.214,60
Paciente particulares		55.586,04	119.175,69
Mensalidade associativa		370.100,00	370.100,00
Contratos a receber	b)	4.092.621,84	4.092.621,84
Títulos e Créditos a Receber		48.233,30	31.388,67
Outros títulos e créditos a receber		33,46	0,00
		7.746.478,49	**7.454.190,93**

a) A entidade em 2025 constituiu provisão para possíveis perdas em seus créditos a receber, em atendimento às normas contábeis, em virtude de ter efetuado os lançamentos de acordo com os recebimentos futuros.

b) A Santa Casa possuía contrato de prestação de serviços contratados CLT e SERVIÇOS MEDICOS com a ITDM empresa que administrava o hospital, sendo assim restou em 2021 e em 2022 o saldo a receber no próximo exercício o valor de R$ 4.092.621,84, sendo o saldo de folha de pagamento clt. a pagar da competência dezembro de 2021, saldo de impostos e recolhimentos CLT e de prestadores de serviços médicos não realizados no exercício a serem realizados no exercício seguinte, mantido até esta data.

7. Outros Créditos a Receber

	31/12/2025	31/12/2024
Adiantamentos - Santa Casa	1.445.847,00	1.712.930,82
	1.445.847,00	***1.712.930,82***

Compostos principalmente por adiantamentos realizados a funcionários e a fornecedores.

8. Estoques

Compostos por estoques da Santa Casa e por estoques de contrato da rede, representados principalmente por medicamentos, materiais cirúrgicos e hospitalar.
Avaliados ao custo médio de aquisição de materiais alocados no almoxarifado que não excede o valor de mercado, demonstrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024, respectivamente por **R$ 1.013.512,06** e R$ **1.866.051.**

9. Ativo Realizável a Longo Prazo

Demonstrados da seguinte forma em 31 de dezembro 2025 e 2024:

Descrição	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Dividas com inscrição, multas, juros e encargos	**0,00**	**331.781,09**

Descrição	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Dívida Ativa FGTS	580.419,03	580.419,03

Descrição	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Dívida Ativa INSS	0,00	173.818,39

Total	**580.419,03**	**1.086.018,51**

Saldos referente a dívida ativa com FGTS.

10. Imobilizado

O imobilizado é demonstrado pelo custo de aquisição. Em 2023 foi avaliado pelo ajuste de avaliação patrimonial, conforme NBCTG 1000(R1).

		31/12/2025	31/12/2024
Imobilizado		**10.931.979,85**	**10.892.094,23**
Terreno		11.449.769,38	11.449.769,38
Máquinas e Equipamentos		1.148.863,83	1.124.863,83
Móveis e Utensílios		839.618,03	565.005,00
Equipamentos de Informática		133.314,00	133.314,00
Utensílios Médicos		647.109,19	627.755,41
Imobilizado em Andamento	**a)**	563.912,98	563.912,98
Bens em comodato	**b)**	25.002,65	25.002,65
(-) Depreciações Acumuladas		-3.875.610,21	-3.597.529,02

As depreciações são computadas pelo método linear, com base na estimativa de vida útil dos bens, calculados individualmente.

a) Este saldo se refere às obras de reforma que não teve continuidade no projeto original onde ouve modificação da finalidade a qual se tratava o objeto, centro cirúrgico.
b) Os bens em comodato foram reconhecidos em anos anteriores sem modificações posteriores, solicitado ao setor jurídico que seja avaliado processos judiciais os quais se referem a empresa neste comodato especifico.

11. Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens e serviços que foram adquiridos no curso normal das operações, reconhecidas pelo valor da fatura ou nota fiscal correspondente, representados em 31 de dezembro de 2025 e 2024, respectivamente por **R$ 13.391.817**e **R$ R$ 9.312.195.**

12. Obrigações Trabalhistas

Demonstrados nesse subgrupo, os valores dos salários dos funcionários a ser pagos no mês seguinte, direito de férias adquiridos pelos funcionários e seus respectivos encargos *trabalhistas, e diversos valores descontados de folha de pagamento que serão repassados*, representados em 31 de dezembro de 2025 e 2024 por **R$ 785.955 e R$ 771.300** respectivamente.

13. Provisões

Demonstrados nesse subgrupo, os valores referentes a provisão de férias.

	31/12/2025	31/12/2024
Provisões	**2.208.000**	**2.088.000**

14. Encargos Sociais

Refere-se a valores retidos de funcionários, fornecedores e prestadores de serviços a título de impostos e contribuições, que a Entidade deverá recolher em exercícios seguintes, demonstrado em 31 de dezembro de 2025 e 2024 respectivamente por R$ R$ 13.531.884 e R$ 10.244.799.

15. Contas a Pagar

O saldo de Contas a Pagar é demonstrado em 31 de dezembro de 2025 e 2024 respectivamente por e **R$ 40.719 e R$ 53.625.**

16. Acordos Judiciais e Bloqueios

Refere-se a acordos judiciais trabalhistas, fornecedores e débitos na dívida ativa do município.

Devido a inúmeros bloqueios judiciais nas contas da entidade, realizados durante o exercício, esses saldos vêm sendo liquidados, sendo representado em 31 de dezembro de 2025 e 2024 por **R$ 2.151.762 e R$ 2.356.587.**

17. Parcelamentos

Saldo refere-se a parcelamento de fornecedores e multa.

Demonstrados da seguinte forma em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	31/12/2025	***31/12/2024***
Parcelamentos	**2.753.268,57**	**1.908.664,20**
Parcelamento Processo 80516015920	29.942,14	5.435,34
Acordo Sabesp	1.047.574,24	450.877,19
Parcelamentos Processo Previdenciário	815.334,15	665.334,15
Parcelamento Processo Tributário	860.418,04	787.017,52

18. Subvenções a realizar

Descrição	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Subvenções Processo 9830.2019	0,00	146.829,53
Contrato de Gestão n° 51.2022	0,00	479.023,25
Processo Santa Casa 11622/2024	6.204,61	0,00
Processo rede 10429/2025	3.604,30	0,00
	9.808,91	**625.852,78**

No exercício de 2025, foram reconhecidos o montante de R$ 53.958576,89 do processo 9830/2019, R$ R$ 33.380.512,76 do contrato 51/2022, R$ 26.201.174,74 do processo 11622/2024, R$ 31.300.746,63 do processo 10429/2025 e R$ 3.241.485,56 do contrato 95/2025, totalizando R$ 148.082.496,58 referente a subvenções e convênios de manutenção dos serviços hospitalares e de subvenções Municipais, Estaduais e Federais, sendo disponível o montante de R$ 6.204,61 do processo 11622/2024 e R$ 3.604,30 do processo 10429/2025 para uso no exercício subsequente, esclarecemos que foram contabilizadas como receitas, apenas o montante utilizado dentro do exercício de acordo com o pronunciamento técnico CPC 07 em correlação as normas internacionais de contabilidade IAS 20.

RECEBIMENTOS SANTA CASA (CONTRATOS 9830/2019 E PROCESSO 11622/2025)	**2024**	**2025**
MUNICIPAL	R$ 54.261.442,00	R$ 58.146.220,76
ESTADUAL	R$ 1.950.911,00	R$ 6.875.492,01
FEDERAL	R$ 17.351.679,00	R$ 11.745.532,42
EMENDA PARLAMENTAR LEG. MUNICIPAL	R$ -	R$ 3.392.506,44
TOTAIS	**R$ 73.564.032,00**	**R$ 80.159.751,63**

RECEBIMENTOS GESTÃO (CONTRATOS 51/2022 E PROCESSO 10429)	**2024**	**2025**
MUNICIPAL	R$ 23.690.634,00	R$ 46.495.933,99
ESTADUAL	R$ -	R$ 13.996.483,30
FEDERAL	R$ 6.414.506,75	R$ 4.188.842,10
TOTAIS	**R$ 30.105.140,75**	**R$ 64.681.259,39**

RECEBIMENTO (CONTRATO 95/2025)	**2024**	**2025**
TPA (REFORMA TELHADO SANTA CASA)	R$ -	**R$ 3.241.485,56**

TOTAIS GERAIS	**R$ 103.669.172,75**	**R$ 148.082.496,58**

O Valor recebido do contrato 95/2025 foi inteiramente designado para as obras de reforma e reconstrução de 2.800 metros quadrados de cobertura isotérmica trapezoidal, galvanizada com seus respectivos rufos e calhas da instituição Santa Casa de Ubatuba para reparo dos danos causados pelo vendaval extremo de 28 de julho de 2025, que comprometeu a estrutura e ameaçava a continuidade dos serviços hospitalares essenciais prestados à população, conforme plano aprovado.

19. Acordos de Longo Prazo

Os acordos de longo prazo, são representados principalmente por dívida ativa com o Municipal e Simed, demonstrado da seguinte forma:

	31/12/2025	**31/12/2024**
Acordos a Pagar L.P	**6.592.470,49**	**7.350.858,92**
Acordo Dinatec L.P	8.000,00	8.000,00
Dívida Ativa Municipal	1.037.750,39	1.315.756,41
Acordo Simed L.P	5.546.720,10	6.027.102,51

20. Parcelamentos de Longo Prazo

	31/12/2025	**31/12/2024**
Débitos e Parcelamentos L.P	**42.081.599,53**	**43.454.321,20**
Moratória Prosus	23.269.656,34	23.269.656,34
Parcelamento Processo 80516015920-	0,00	43.721,67

Acordo Sabesp L.P	14.473.720,47	15.073.720,47
Parcelamento Processos Previdenciários	566.530,51	1.454.992,33
Parcelamento Processos Tributários	3.771.692,21	4.350.692,21

Nota: A entidade requereu a adesão ao Programa de Fortalecimento das Entidades Privadas Filantrópicas e das Entidades sem Fins Lucrativos que atuam na Área da Saúde e que participam de forma complementar ao Sistema Único de Saúde (PROSUS) tal pedido de moratória foi DEFERIDO, nas condições estabelecidas pela Lei no 12.873, de 24 de outubro de 2013 e Portaria Conjunta PGFN / RFB no 3 de fevereiro de 2014, alcançando as dívidas tributárias e não tributárias, inclusive com exigibilidade suspensa, vencidas até 31 de março de 2014.
Sendo que com o deferimento dos processos administrativos no 13884.720313/2015/16 e n°13884. 720312/2015-71 em trâmite na Receita Federal e Procuradoria sucessivamente estamos no aguardo da remissão da dívida.
Foi ainda realizado o parcelamento pelo programa especial de regularização tributária para entidades da área da saúde-PES, das dívidas tributárias e previdenciárias que estavam sob julgo na PGFN e os demais tributos que serão reconhecidas no exercício de 2026 por regime de competência.

21. Passivo Contingente

O passivo contingente está dividido entre cível e trabalhista.

Descrição	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Contingências Trabalhistas	26.933.879,01	31.127.080,42
Contingências Cíveis	13.128.201,93	11.477.847,93
	40.062.080,94	**42.604.928,35**

22. Dívida ativa PGFN

A dívida ativa PGFN, está representada em 31 de dezembro de 2025 e 2024 por **R$ R$ 2.897.554 e R$ 2.922.557.**

23. Patrimônio Social Negativo

Representa o patrimônio social da entidade, considerando os superávits/déficits apurados anualmente desde a data de sua constituição, bem como ajuste de avaliação patrimonial e ajustes de exercícios anteriores.

Demonstrado da seguinte forma em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

		31/12/2025	**31/12/2024**
Patrimônio Líquido	**a)**	**(94.598.735,68)**	**(90.549.474,86)**
Patrimônio Social		5.637.386,63	5.637.386,63
Superávit/Déficit Acumulado		(68.822.050,56)	(69.365.701,56)
Ajuste de Avaliação Patrimonial		9.113.618,95	9.113.618,95
Ajuste de Exercício Anterior	**b)**	(32.260.673,52)	(36.478.429,38)
Superávit ou Déficit do Exercício	**c)**	(8.267.017,18)	543.650,50

a) No exercício de 2025 está demonstrado no Patrimônio Social Negativo no montante de R$ (94.598.735,68) e em 2024 de R$ (90.549.474,86).

b) São considerados como ajustes de exercícios anteriores, os fatos decorrentes de

mudança de critério contábil ou de retificação de erro imputável a exercício anterior, desde que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes (art. 186, § 1º LEI Nº 6.404/76). Em atendimento ao disposto no Pronunciamento Técnico CPC 23 (R2) - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, para fins de adequação desses saldos, os erros identificados não foram corrigidos em suas respectivas contas patrimoniais em contrapartida de Ajustes de Exercícios Anteriores, no Patrimônio Líquido, os quais totalizaram o valor líquido devedor de R$ (32.260.673,52) e R$ (36.478.429,38) em 31 de dezembro de 2025 e 2024 respectivamente.

c) O déficit do exercício de 31/12/2025 foi de R$ (8.267.017) e o superávit do exercício em 31/12/2024 foi de R$ 543.651.

24. Receitas

	31/12/2025	31/12/2024
Receita Bruta de Serviços		
Receitas Pacientes SUS		
Receitas Pacientes convênios	3.338.911	3.399.988
Receitas Pacientes Particulares	252.788	335.047
	3.591.700	**3.735.035**
(-) Deduções da Receita		
(-) Abatimentos - Glosas	(222.509)	(37.157)
Receita Líquida de Serviços	**3.369.190**	**3.697.878**

25. Aplicação de subvenções e convênios específicos

Em atendimento a ITG 2002 (R1) a Entidade está demonstrando a aplicação dos recursos e as responsabilidades decorrentes de tais recursos conforme abaixo, conforme tribunal de contas:

Processo 11622/2024	Valores	Processo 10429/2025	Valores
Recursos humanos (5)	R$ 13.404.155,09	Recursos humanos (5)	R$ 14.354.935,57
Recursos humanos (6)	R$ -	Recursos humanos (6)	R$ -
Medicamentos	R$ 800.881,65	Medicamentos	R$ 3.124.876,72
Material médico e hospitalar (*)	R$ 720.207,82	Material médico e hospitalar (*)	R$ 1.152.596,02
Gêneros alimentícios	R$ 496.488,50	Gêneros alimentícios	R$ 213.278,40
Outros materiais de consumo	R$ 360.777,50	Outros materiais de consumo	R$ 933.094,22
Serviços médicos (*)	R$ 8.652.493,51	Serviços médicos (*)	R$ 8.002.605,52
Outros serviços de terceiros	R$ 3.383.772,97	Outros serviços de terceiros	R$ 3.564.958,54
Locação de imóveis	R$ -	Locação de imóveis	R$ 48.399,93
Locações diversas	R$ 650.685,05	Locações diversas	R$ 507.389,92
Utilidades públicas (7)	R$ 241.414,47	Utilidades públicas (7)	R$ 31.834,11
Combustível	R$ -	Combustível	R$ -
Bens e materiais permanentes	R$ 70.524,35	Bens e materiais permanentes	R$ 542.674,06
Obras	R$ 80.000,00	Obras	R$ -
Despesas financeiras e bancárias	R$ 5.069,01	Despesas financeiras e bancárias	R$ 7.148,48
Outras despesas	R$ 1.069.676,29	Outras despesas	R$ 126.441,79

Contrato 9830/2019	Valores	Contrato 51/2022	Valores
Recursos humanos (5)	R$ 22.395.539,62	Recursos humanos (5)	R$ 9.525.109,77
Recursos humanos (6)	R$ -	Recursos humanos (6)	R$ -
Medicamentos	R$ 1.718.571,02	Medicamentos	R$ 3.627.027,14
Material médico e hospitalar (*)	*R$ 1.315.136,92*	*Material médico e hospitalar (*)*	*R$ 660.154,57*
Gêneros alimentícios	R$ 995.963,85	Gêneros alimentícios	R$ 37.335,00
Outros materiais de consumo	R$ 759.996,55	Outros materiais de consumo	R$ 442.636,19
Serviços médicos (*)	R$ 16.795.578,68	Serviços médicos (*)	R$ 7.090.369,75
Outros serviços de terceiros	R$ 6.577.997,31	Outros serviços de terceiros	R$ 1.343.036,39
Locação de imóveis	R$ -	Locação de imóveis	R$ 40.000,00
Locações diversas	R$ 1.433.710,50	Locações diversas	R$ 498.931,30
Utilidades públicas (7)	R$ 242.664,07	Utilidades públicas (7)	R$ 40.937,96
Combustível	R$ -	Combustível	R$ -
Bens e materiais permanentes	R$ 26.101,95	Bens e materiais permanentes	R$ 507.683,43
Obras	R$ -	Obras	R$ 13.476,16
Despesas financeiras e bancárias	R$ 15.387,99	Despesas financeiras e bancárias	R$ 7.808,86
Outras despesas	R$ 2.635.932,10	Outras despesas	R$ 3.283,74

26. Atendimento ao SUS

Com observância do limite fixado pelo artigo 4º, inciso III, da Lei nº 12.101 de 27/11/2009, o número total de pacientes internados, bem como de atendimentos ambulatoriais é demonstrado da seguinte forma:

Competência		Internação					Ambulatório			% SUS Mensal
Mês / Ano		SUS		Não-SUS		% SUS	SUS	Não-SUS	% SUS	
		Qtde.	*Paciente-Dia*	*Qtde.*	*Paciente-Dia*	*Internação*	*Qtde.*	*Qtde.*	*Ambulatório*	
Janeiro	2025	437	1.762	29	61	96,65%	15.355	2.951	83,88%	**96,65%**
Fevereiro	2025	460	1.747	25	35	98,04%	13.820	1.726	88,90%	**98,04%**
Março	2025	520	1.940	19	32	98,38%	15.042	1.833	89,14%	**98,38%**
Abril	2025	517	1.852	33	89	95,41%	15.357	1.701	90,03%	**95,41%**
Maio	2025	518	1.895	22	59	96,98%	13.669	1.347	91,03%	**96,98%**
Junho	2025	501	1.725	27	52	97,07%	12.416	1.194	91,23%	**97,07%**
Julho	2025	476	1.521	31	34	97,81%	11.724	1.152	91,05%	**97,81%**
Agosto	2025	507	1.560	212	29	98,17%	12.071	1.065	91,89%	**98,17%**
Setembro	2025	485	1.461	40	48	96,82%	12.557	1.278	90,76%	**96,82%**
Outubro	2025	517	1.400	33	51	96,49%	13.050	1.431	90,12%	**96,49%**
Novembro	2025	486	1.339	32	48	96,54%	13.092	1.420	90,21%	**96,54%**
Dezembro	2025	461	1.182	22	22	98,17%	12.925	1.976	86,74%	**98,17%**
Total (SEM INCENTIVO)	2025	**5.885**	**19.384**	**525**	**560**	97,19%	**161.078**	**19.074**	89,41%	**97,19%**

Percentual de Atendimento ao SUS - TOTAL - no ano 2025 = 97,19%

27. Isenções Previdenciárias e Fiscais usufruídas

Em atendimento a legislação vigente os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas durante os exercícios de 2025 e de 2024, correspondem aos montantes de R$ 16.775.584 e R$ 13.090.627 respectivamente.

28. Renúncia fiscal

Em atendimento a ITG 2002 (R1) a Entidade tem os tributos mencionados abaixo como base de sua renúncia fiscal: INSS Quota Patronal, PIS sobre receitas, PIS sobre FOPAG, COFINS *sobre receitas*, *ISS sobre receitas*, *IPTU*, *IRPJ*, *CSLL*, *IRRF s/ aplicações financeiras*.

29. Trabalho Voluntario

De acordo com a ITG 2002, item 19, o valor de trabalho voluntário é reconhecido pelo valor

justo da prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro, demonstrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024 no montante de R$ 1.361.505 e R$ 459.966 respectivamente.

30. Doações

As doações destinadas ao custeio foram contabilizadas em conta de outras receitas operacionais.
Demonstrados da seguinte forma em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	31/12/2025	**31/12/2024**
Doações Espontâneas	96.315,02	0,00
Doação de Medicamentos	0,00	0,00
Doação de Materiais Cirúrgicos	274,68	0,00
Doação diversas Pessoa Jurídica	0,00	0,00
	96.589,70	**0,00**

Houve mudança na política de doações da instituição e mudança no sistema operacional, *assim demonstrado valores abaixo dos demais anos, visto a grande perda das doações por* motivo de vencimento e descarte quase imediato.

Wagner da Silva
Provedor

Vladmir de Pinho Júnior
Diretor Geral

Miller de Oliveira Barbosa
Contador
CRC 1SP326321/O-3